



CIDADANIA, MEMÓRIA SOCIAL E FRONTEIRA: O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO EM SETE QUEDAS – MS

CITIZENSHIP, SOCIAL MEMORY, AND THE BORDER: ACCESS TO DOCUMENTATION IN SETE QUEDAS, MS

DOI: 10.5281/zenodo.21694359



*Gisele de Oliveira Tonani¹
Jenniffer Simpson dos Santos²*

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa e exploratória que analisa as narrativas de pessoas que enfrentam dificuldades para obter documentos essenciais, associando essas histórias aos conceitos de memória social, cidadania e mestiçagem. O objetivo principal é examinar como a presença ou a ausência de documentação impacta a cidadania e as identidades culturais em contextos fronteiriços, com ênfase na região de Sete Quedas - MS. A pesquisa foi conduzida por meio de dez entrevistas semiestruturadas, aplicadas a partir de um questionário presencial. Para o tratamento dos dados, foi utilizada a teoria de análise do Discurso proposta por Eni Orland, a qual permite explorar as dimensões de poder e exclusão presentes nas narrativas. Os principais resultados indicam que, além das dificuldades burocráticas, os processos discriminatórios possuem um impacto profundo no acesso à cidadania, reforçando os sentimentos de exclusão social. Essas análises evidenciam que a colonialidade, apesar de associada a um passado histórico de subordinação, se manifesta de maneira contínua em práticas contemporâneas de marginalização e exploração. Por outro lado, também foram identificadas formas de resistência e solidariedade que desafiam as estruturas de exclusão. Outro ponto relevante levantado foi a questão da dupla nacionalidade, que se configura como um fenômeno importante nas regiões de fronteira, especialmente em Sete Quedas - MS, onde a convivência entre brasileiros e paraguaios gera tensões identitárias e desafios sociais. A pesquisa reforça a necessidade de garantir a documentação pessoal como medida para assegurar o reconhecimento, a inclusão e a cidadania plena, principalmente em áreas fronteiriças.

Palavras-chave: Fronteira, Cidadania, Memória Social, Mestiçagem.

1 UFGD. E-mail: g.tonani@hotmail.com.

2 Universidade Federal da Grande Dourados - Dourados, MS, BR. E-mail: jennifersantos@ufgd.edu.br. ORCID: [jennifersantos@ufgd.edu.br](https://orcid.org/0000-0001-9150-4410).





ABSTRACT

This article presents the results of a qualitative and exploratory research that analyzes the narratives of individuals facing difficulties in obtaining essential documents, associating these stories with the concepts of social memory, citizenship, and miscegenation. The main objective is to examine how the presence or absence of documentation impacts citizenship and cultural identities in border contexts, with a focus on the Sete Quedas-MS region. The research was conducted through semi-structured interviews, using a questionnaire applied in ten in-person interviews. For data analysis, the Discourse Analysis theory proposed by Eni Orland was used, which allows exploring the power and exclusion dimensions present in the narratives. The main findings indicate that, in addition to bureaucratic difficulties, discriminatory processes have a profound impact on access to citizenship, reinforcing feelings of social exclusion. These analyses show that coloniality, although associated with a historical past of subordination, continues to manifest in contemporary practices of marginalization and exploitation. On the other hand, forms of resistance and solidarity were also identified, challenging the structures of exclusion. Another relevant point is the issue of dual nationality, which emerges as an important phenomenon in border regions, especially in Sete Quedas-MS, where the coexistence of Brazilians and Paraguayans generates identity tensions and social challenges. The research emphasizes the need to ensure personal documentation as a measure to guarantee recognition, inclusion, and full citizenship, especially in border areas.

Keywords: Border, Citizenship, Social Memory, Miscegenation.

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta a análise sobre a busca de pessoas pelo acesso à documentação no Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Sete Quedas - MS, a partir da experiência profissional da autora. Realizou-se uma análise sobre como a falta de documentos pessoais impacta a cidadania, particularmente nas regiões de fronteira, onde a exclusão social é evidente. A escolha desse tema é fundamentada na relevância do acesso à documentação para a efetivação da cidadania, com base na concepção de cidadania de Marshall (1950), que inclui direitos civis, políticos e sociais.

A fundamentação teórica baseia-se em autores como Néstor Garcia Canclini (1989), que discute a mestiçagem e a construção das identidades na América Latina; e Pierre Nora (1993), que aborda a memória social como uma construção coletiva essencial para a reivindicação de direitos. Além disso, a pesquisa apoia-se na abordagem qualitativa, com base em Gil (2002), Minayo (2012) e Gomes (2018), que enfatizam a importância de compreender





os significados das narrativas dos sujeitos. A pesquisa utiliza entrevistas semiestruturadas para ouvir os relatos de moradores da fronteira, destacando como a ausência de documentos afeta sua prática de cidadania, a construção das identidades e a interação com redes de apoio. A pesquisa busca iluminar as tensões sociais e culturais dessas comunidades, evidenciando a importância da memória social e da mestiçagem na construção das identidades e na luta por direitos. O estudo visa contribuir para o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas para garantir o acesso à documentação e a efetivação da cidadania.

METODOLOGIA

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e por permitir a análise aprofundada de suas narrativas, conforme proposto por Minayo (2012). Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, realizada com dez participantes em encontros presenciais. Essa abordagem permitiu um diálogo dinâmico, no qual as perguntas, embora previamente elaboradas, foram ajustadas de acordo com o fluxo das respostas dos entrevistados, conforme orientações de Gil (2002). Todas as entrevistas foram registradas em áudio para garantir a fidelidade das informações e integralmente transcritas, preservando a essência das narrativas. Para preservar a privacidade dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios inspirados em figuras históricas. A análise dos dados foi realizada com base na teoria de análise do discurso, segundo as concepções de Orlandi (2005), priorizando a interpretação das construções ideológicas e das significações presentes nas falas.

A pesquisa também contou com observação direta durante o trabalho de campo, o que permitiu maior imersão no contexto investigado e na realidade sociocultural dos sujeitos. O embasamento teórico foi construído a partir de conceitos fundamentais para a análise das interações entre cidadania, memória social e mestiçagem, sendo estruturado com base em autores de referência nos campos da sociologia, antropologia e estudos culturais.





Com base nos conceitos de T. H. Marshall (1950), a cidadania foi entendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais que asseguram condições mínimas de dignidade aos indivíduos. No contexto brasileiro, esse conceito foi associado à exclusão social e às barreiras enfrentadas pelas populações de fronteira para o acesso a direitos básicos, como a obtenção de documentação pessoal. Segundo Pierre Nora (1993), a memória social refere-se à construção de narrativas coletivas que dão sentido às identidades grupais. No caso das populações fronteiriças, essas narrativas emergem como ferramentas para reivindicação de direitos e reconhecimento cultural, especialmente em um cenário marcado por exclusões históricas.

A mestiçagem foi abordada com base nas contribuições de Néstor Garcia Canclini (1989), que analisa a hibridação cultural como um fenômeno complexo resultante da miscigenação histórica na América Latina. Esse conceito foi complementado pela obra de Gloria Anzaldúa de 2005 (*Borderlands/La Frontera*), que explora a mestiçagem como forma de resistência identitária em contextos fronteiriços, enfatizando os processos de exclusão, xenofobia e ressignificação cultural. A fronteira, aqui, foi tratada como um espaço simbólico e físico de mobilidade e tensões culturais. Stuart Hall (2004) contribuiu para a compreensão da fluidez das identidades nesse contexto, enquanto Rita Segato (2021) destacou as relações de poder e os processos de marginalização impostos às populações mestiças. O trabalho de campo foi conduzido na cidade de Sete Quedas - MS, localizada na fronteira com o Paraguai.

Além das entrevistas, observou-se o cotidiano dos moradores, captando aspectos socioculturais que interferem no acesso à documentação pessoal. A análise evidenciou que a ausência de documentos básicos impacta não apenas a prática da cidadania, mas também a construção de identidades culturais nas regiões fronteiriças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelaram que o acesso à documentação pessoal exerce um impacto significativo na prática da cidadania, especialmente em regiões de fronteira como em Sete





Quedas - MS. Três categorias principais emergiram da análise dos dados: Exclusão e Mobilidade: A falta de documentos como CPF e certidão de nascimento impossibilita o acesso a serviços essenciais como saúde e educação. Além disso, limita a mobilidade para além da fronteira, impactando tanto a vida pessoal quanto as oportunidades econômicas. Preconceito e Xenofobia: Diversos entrevistados relataram situações de discriminação em órgãos públicos devido à condição de estrangeiro ou à ausência de documentos. Essa discriminação está frequentemente associada a questões de gênero, etnia e classe social. Mestiçagem e Memória Social: Os relatos destacaram a mestiçagem como elemento central na construção das identidades locais, mas também evidenciaram processos de apagamento histórico. A memória social dos moradores reflete uma tensão constante entre pertencimento e exclusão.

As dez entrevistas realizadas foram compostas por nove participantes do sexo feminino e um do sexo masculino. Entre as mulheres, seis estavam na faixa etária de 25 a 40 anos, enquanto as outras três tinham idades variando entre 60 e 74 anos. O critério de inclusão para a pesquisa foi que os participantes fossem moradores da referida fronteira e estivessem em busca de acesso a documentos pessoais. Essa amostra busca representar diferentes faixas etárias, com foco em pessoas que enfrentam dificuldades no acesso a documentos essenciais e que, em sua maioria, estão em situações de vulnerabilidade social devido à localização geográfica e condições socioeconômicas.

Com isso, a pesquisa seguiu para a fase de análise do trabalho de campo, que teve início com a pré-análise das entrevistas. A partir desse ponto, foram estabelecidas três categorias iniciais para organizar e classificar os dados obtidos nas entrevistas: Classe econômica: Determinada com base nas referências do IBGE, considerando a renda e o perfil socioeconômico dos participantes. Nacionalidade: Levando em conta a origem de nascimento dos entrevistados, o que permitiu traçar um perfil sobre a diversidade nacional das pessoas envolvidas. Nível educacional: Definido em três categorias principais: não alfabetizado, nível fundamental e médio, e ensino superior completo. Essas categorias iniciais ajudaram a organizar e direcionar a análise das entrevistas, proporcionando um panorama geral das condições de vida dos participantes. O quadro 1 sintetiza essas categorias:





Quadro 1 – Quadro com as categorias iniciais da pré-análise das entrevistas

Categorias Iniciais	Descrição
1 – Classe econômica	Referências do IBGE
2 – Nacionalidade	Origem de nascimento
3 – Nível Educacional	Três categorias: não alfabetizada, nível fundamental e médio e Ensino Superior Completo

Fonte: Autoria própria (2024)

Com base nos dados como nome, gênero, nível educacional, renda, nacionalidade e acesso à informação, foi possível analisar a distribuição das características demográficas e socioeconômicas dos participantes, destacando a relação entre o nível de educação, renda e o acesso à informação. Observa-se que, das dez pessoas entrevistadas, nove são do sexo feminino e apenas uma é do sexo masculino. Vale destacar que não houve qualquer preferência ou escolha prévia, pois todas as pessoas indicadas para participar foram contatadas e as que aceitaram fizeram parte da pesquisa. O número maior de mulheres nas indicações reflete uma tendência sem uma razão específica. Em relação ao nível educacional, os dados mostram uma distribuição variada. Entre as mulheres, quatro têm nível superior, enquanto quatro são não alfabetizadas, uma possui ensino médio, e o homem tem nível fundamental.

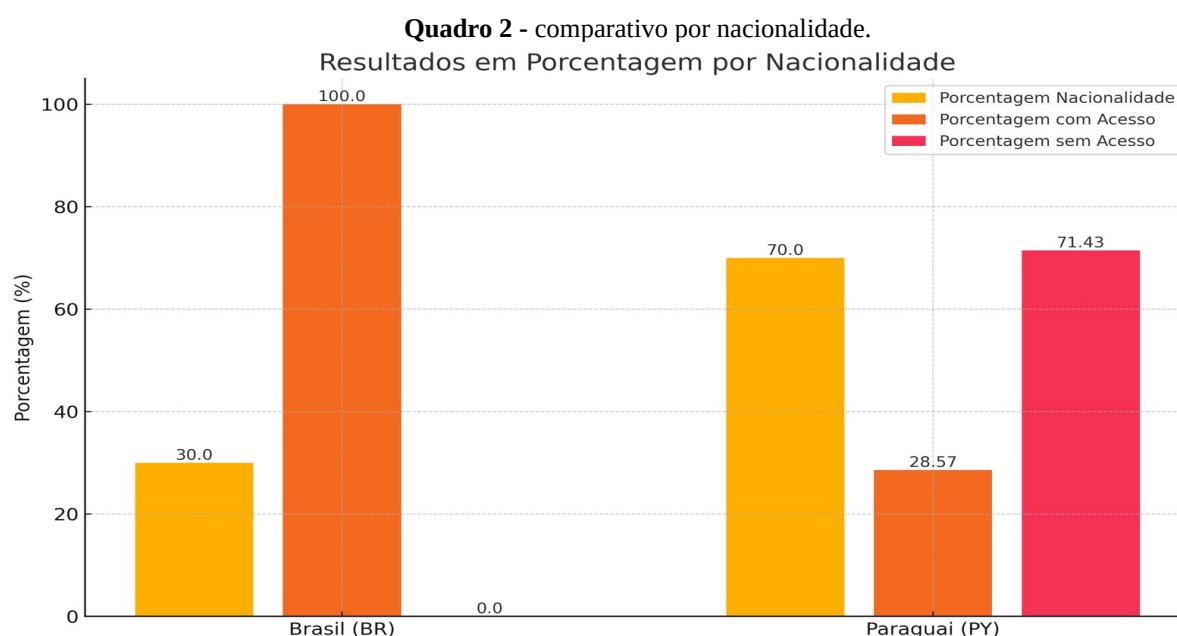
A análise também revela uma variação na renda dos entrevistados, com diferentes faixas de salário, o que reflete a diversidade socioeconômica do grupo. Quanto à nacionalidade, dos dez participantes, três pessoas são de nacionalidade brasileira (sendo duas mulheres e um homem) e sete são mulheres de nacionalidade paraguaia. Esse dado é relevante para entender as diferenças de acesso à informação, uma vez que a nacionalidade pode influenciar as condições socioeconômicas e culturais dos participantes. Um aspecto preocupante da análise é a situação das mulheres não alfabetizadas, especialmente as paraguaias. Dentre elas, quatro têm uma renda de até um salário mínimo, o que coloca esse grupo em uma situação de maior vulnerabilidade. Em contraste, as mulheres com nível superior apresentam rendas superiores a quatro salários, e o homem com ensino fundamental





possui uma renda semelhante, acima de quatro salários. Isso sugere que o nível educacional tem uma correlação direta com a renda e o acesso à informação, com as pessoas com maior grau de instrução, tendo maiores chances de acessar recursos e oportunidades (Altrão; Santos, 2024). Além disso, as mulheres paraguaias não alfabetizadas representam a totalidade da amostra sem acesso à informação, o que pode ser atribuído a barreiras educacionais, econômicas ou sociais que limitam o acesso a esses recursos. Já as mulheres com nível superior, tanto brasileiras quanto paraguaias, têm acesso garantido, o que reforça a relação entre a educação e a possibilidade de acessar informações.

A análise também revela uma dinâmica interessante dentro dos marcadores sociais da diferença, particularmente no que se refere ao gênero. Emerson, o único homem na pesquisa, apresenta características que desafiam algumas expectativas sociais relacionadas ao acesso à informação. Apesar de ter um nível educacional básico (ensino fundamental), ele possui uma renda elevada (acima de quatro salários), o que lhe garante um acesso considerável, destacando uma discrepância com as mulheres, especialmente com baixa escolaridade e renda. O quadro 2 sintetiza também esses dados:



Fonte: Autoria própria (2024).



Essa situação é relevante dentro dos estudos de gênero, pois evidencia como o patriarcado e as normas de gênero influenciam a distribuição do acesso. Conforme Heleieth Saffioti (2003, p. 113) afirma, "o patriarcado, em presença de classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, trazendo também, em seu bojo, uma contradição de interesses". Esses dados ilustram a complexidade das interações entre gênero, educação, renda e acesso à informação, destacando como as desigualdades sociais se manifestam de maneira multifacetada.

A escolha da entrevista de Francisca Cabrera para a discussão da pesquisa se fundamenta na concepção de "tipo ideal" de Max Weber, que define essa abordagem como um modelo analítico utilizado para sintetizar os elementos essenciais de um fenômeno, facilitando sua compreensão. Segundo a teoria weberiana (1991), o tipo ideal não busca uma representação exata da realidade, mas sim um modelo que aproxima as características do fenômeno estudado, permitindo uma análise mais estruturada e focada. Neste contexto, a entrevista de Francisca foi selecionada por exemplificar de maneira significativa os objetivos da pesquisa, pois seus relatos trazem à tona questões cruciais sobre identidade, nacionalidade e acesso aos direitos, aspectos centrais do estudo, ao mesmo tempo em que proporcionam uma reflexão sobre as condições de exclusão e os desafios enfrentados pelos imigrantes nas fronteiras.

Francisca, nascida no Paraguai e residente em Pindoty Porã, revela as dificuldades que os imigrantes enfrentam no Brasil, especialmente em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS). Durante sua gestação, ela experimentou a exclusão devido à falta de documentação adequada, um problema recorrente entre imigrantes. A negativa de atendimento, quando ela tentou dar à luz no Brasil, é um reflexo da exigência de documentação oficial como condição para o acesso aos direitos básicos. Como a própria entrevistada relata: "Eles sempre, a única coisa que eles metem ali na hora é documento". Isso reforça a análise de Hall (2004), que aponta como a questão da identidade nacional e étnica é utilizada para negar direitos e serviços, criando uma barreira invisível para os imigrantes. A busca por um atendimento adequado, mesmo sendo feito mediante pagamento ou suborno, reflete as disparidades no





acesso aos serviços, dependendo da condição econômica da parturiente. A facilidade em obter documentação ao pagar por um parto particular, mesmo para estrangeiros, evidencia como a classe econômica influencia o acesso aos direitos, uma realidade destacada também por Nascimento e Andrade (2018).

A experiência de Francisca também ilustra como as redes de solidariedade se formam nas fronteiras. Ela relata como a ajuda de enfermeiras brasileiras, com quem ela já tinha algum vínculo, foi fundamental para garantir que ela fosse atendida quando esteve em uma situação de emergência. No entanto, sua experiência também expõe as dinâmicas de xenofobia e preconceito, como descrito por Silva e Fernandes (2017), especialmente ao ser chamada de “paraguaia” em um tom depreciativo. Esse tipo de preconceito, frequentemente minimizado como “brincadeira”, revela a maneira como a nacionalidade se torna uma marca de exclusão social.

Além disso, a entrevista expõe como as migrações transnacionais moldam as identidades. A mobilidade pendular de Francisca, que trabalha no Brasil e reside no Paraguai, é um exemplo de como as fronteiras geográficas não necessariamente se traduzem em divisões sociais para aqueles que vivem entre dois países. Esse fenômeno de mobilidade foi descrito por Mazza (2015) e Dal Prá (2006) como uma característica crescente das migrações contemporâneas, permitindo que indivíduos e famílias transitem entre nações em busca de melhores condições de vida, educação e trabalho. Outro aspecto relevante destacado na entrevista é a tensão cultural e o choque de identidades. A entrevistada reflete sobre as dificuldades de adaptação ao Brasil, especialmente com a língua portuguesa, mas também expressa um forte sentimento de orgulho por sua língua e cultura paraguaias. Ela destaca como a identidade cultural do Paraguai, muitas vezes estigmatizada, torna-se um ponto de resistência: “Eu tenho nome. Ela fala, ela é orgulhosa nisso”. Esse sentimento de pertencimento a uma cultura muitas vezes desprezada é um tema central nas discussões sobre xenofobia e identidade fronteiriça.

A questão da educação também é crucial na análise da entrevista. Os filhos de Francisca, embora brasileiros, enfrentam dificuldades no sistema educacional do Brasil, algo





que ela atribui à falta de apoio adequado para estudantes com origem em outras culturas. Como ela mesma observa, sua filha teve sérios problemas no ensino, o que a levou a transferi-la para a escola no Paraguai. Isso ilustra como as políticas educacionais, muitas vezes focadas na homogeneização cultural, falham em atender as necessidades de crianças que transitam entre diferentes sistemas educacionais e culturais.

Em relação à cidadania e ao direito à mobilidade, a entrevista de Francisca ilustra como os imigrantes, mesmo estando no Brasil, enfrentam barreiras institucionais que dificultam a obtenção de documentação e a plena inclusão nos direitos sociais. A falta de políticas públicas que atendam especificamente a esse contexto transnacional reflete a visão limitada da cidadania que, como afirma Dal Prá (2006), precisa ser expandida para além das fronteiras nacionais e incluir uma cidadania regional, que reconheça os direitos dos migrantes nas regiões fronteiriças.

Por fim, a identidade de “brasiguai”, como discutido por Colognese (2012), aparece como um conceito chave para entender a experiência de Francisca. Ela e seus filhos, embora nascidos em território brasileiro, se veem excluídos tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro, vivendo uma identidade híbrida que não é plenamente aceita por nenhum dos dois países. Esse fenômeno de exclusão e resistência cultural, como apontado por Hall (2004), é uma característica comum entre os migrantes que, ao construir novas identidades, desafiam as categorias fixas de nacionalidade e pertencimento. Essas questões ressaltam a complexidade das experiências de migração e as profundas implicações que elas têm para a identidade, a cidadania e o acesso aos direitos.

As falas dos entrevistados apontam para uma cidadania marcada por desigualdades e exclusões. José de Souza Martins (2019) observa que os territórios de fronteira são lugares de marginalização, onde o Estado frequentemente falha em prover direitos básicos, deixando os indivíduos em uma posição de vulnerabilidade. Dolores Caballero, uma das entrevistadas, afirma: *"Aqui, a gente luta por saúde e educação como se fosse pedir um favor. Parece que não somos cidadãos completos, mas sempre tratados como menos importantes."* Essa fala ecoa a ideia de que, nas fronteiras, as populações habitam um espaço simbólico de "não





cidadania", onde os direitos são frequentemente negados e a presença do Estado é insuficiente. A experiência de Francisca Cabrera ilustra de maneira clara como a fronteira, longe de ser uma linha divisória rígida, é um espaço de negociação constante das identidades e dos direitos, refletindo as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em contextos de mobilidade transnacional.

As entrevistas, analisadas a partir de uma abordagem de análise do discurso, permitiram identificar como as condições de mobilidade, a exclusão social e a xenofobia afetam diretamente a prática da cidadania nessas localidades. Como evidenciado nos relatos de Juana Carrillo, Dolores Caballero e Serafina Dávalos, as dificuldades no acesso à documentação pessoal, como o CPF brasileiro, e os obstáculos burocráticos enfrentados por imigrantes refletem a precariedade das condições de cidadania na fronteira. Além disso, as entrevistas destacaram o impacto da documentação no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, evidenciando como a falta de documentação pode marginalizar e excluir os indivíduos da plena cidadania. Tais questões estão relacionadas ao conceito de "memórias subterrâneas" de Pollak (1989), que ressalta a importância de dar voz a essas experiências silenciadas, muitas vezes negligenciadas pela narrativa oficial, mas fundamentais para compreender a complexidade das identidades fronteiriças e o processo de inclusão e exclusão social.

A pesquisa, ao explorar essas memórias e experiências, contribui para uma análise mais profunda sobre as barreiras físicas e discursivas que moldam a vida nas fronteiras, permitindo uma reflexão crítica sobre as políticas de cidadania e os direitos humanos nessas regiões. As entrevistas revelam como a colonialidade molda a vida cotidiana das populações de fronteira. Em Sete Quedas - MS, as falas dos entrevistados destacam os impactos da colonialidade nas dinâmicas de cidadania, identidade cultural e nas relações transnacionais, especialmente entre Brasil e Paraguai.

Inspirando-se nas reflexões de Gloria Anzaldúa (2005), José de Souza Martins (2019) e outros teóricos da colonialidade, é possível compreender como essas dinâmicas perpetuam estruturas de poder e resistência nas narrativas analisadas. A percepção de que "o Brasil





coloniza o Paraguai", expressa por Gloria, reflete uma continuidade da lógica colonial em relações transfronteiriças. Anzaldúa (2005/1987), em *Borderlands/La Frontera*, aponta que as fronteiras não são apenas divisores geográficos, mas também espaços de dominação cultural e econômica. Dolores Caballero afirma: *"A gente sente como se o Brasil estivesse colonizando o Paraguai. Eles chegam com empresas grandes, tomam as terras, e o povo daqui e de lá fica sem nada. Só quem ganha é quem já é rico."* Essa dinâmica encontra paralelos históricos na Guerra do Paraguai (1864-1870), um evento que marcou profundamente as relações entre os dois países e consolidou a hegemonia econômica brasileira sobre o Paraguai. Hoje, essa hegemonia se manifesta na expansão do agronegócio e na apropriação de terras para monoculturas, perpetuando a Colonialidade por meio de novas formas de exploração.

As narrativas também destacam como a memória histórica é utilizada como ferramenta de resistência contra a Colonialidade. Francisca Cabrera reflete: *"O que aconteceu depois da Guerra ainda não acabou. Só mudou a forma. Eles vêm, tomam a terra, e a gente fica olhando, sem força pra lutar."* Essa fala demonstra a importância da memória coletiva, alinhada à perspectiva de Anzaldúa, que entende a resistência como uma luta tanto material quanto simbólica. A memória histórica não apenas denuncia as injustiças, mas também fortalece identidades locais e reivindica direitos.

Outro aspecto central das narrativas é a alienação cultural imposta por uma lógica de superioridade colonial. Como afirma Francisca Cabrera: *"Nossa cultura é tratada como coisa de pobre, coisa menor. Mas é nossa história, nossa vida. Por que temos que nos adaptar ao que eles querem?"* A desvalorização da cultura local reflete o que Anibal Quijano (2000) descreve como *colonialidade do poder*, na qual padrões culturais europeus ou hegemônicos são impostos em detrimento das tradições locais, perpetuando desigualdades simbólicas. Apesar das adversidades, as populações fronteiriças mostram uma resiliência significativa. Juana Carrillo destaca: *"Nós nos ajudamos porque sabemos que, se depender deles, não vamos ter nada. A união aqui é o que mantém a gente de pé."* Essa solidariedade reflete as redes de apoio comunitário que surgem em oposição à exclusão institucional, como aponta Martins (2019). Essas práticas reafirmam a importância das relações comunitárias e da





organização coletiva como formas de contestação ao sistema. As narrativas evidenciam como a colonialidade molda as experiências de cidadania, pertencimento e identidade nas regiões de fronteira.

Fundamentadas nas teorias de Gloria Anzaldúa e José de Souza Martins (2019), essas análises mostram que a colonialidade transcende o passado histórico, manifestando-se em práticas contemporâneas de exclusão e exploração. Entretanto, também é possível identificar formas de resistência e solidariedade que desafiam essas estruturas. Por meio da memória coletiva, da organização comunitária e da valorização da identidade local, as populações de fronteira reconstroem suas histórias e lutam por uma cidadania mais inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre o tema "Cidadania, Memória Social e Fronteira: A Luta por Acesso à Documentação no Mato Grosso do Sul" permitiu apontar que o acesso à documentação pessoal é fundamental para o pleno exercício da cidadania, especialmente para as populações que vivem em áreas de fronteira. Os dados obtidos nas entrevistas destacaram que as dificuldades no acesso à documentação não apenas limitam o acesso a direitos essenciais, mas também revelam questões profundas relacionadas à identidade, exclusão e pertencimento. Essas questões estão intimamente conectadas aos conceitos de memória social, cidadania e mestiçagem, os quais se entrelaçam no contexto da fronteira Brasil-Paraguai.

A pesquisa, conduzida por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, revelou que os entrevistados enfrentam barreiras significativas para acessar a documentação, refletindo, portanto, a persistência de um ciclo contínuo de marginalização, particularmente entre os grupos mais vulneráveis. As entrevistas permitiram concluir que a ausência de documentação contribui diretamente para a exclusão social, o que foi analisado à luz da teoria de Amartya Sen (2009) sobre justiça social. Essa teoria foi crucial para entender como a falta de documentação impede a plena participação e o exercício de direitos pelos indivíduos. A pesquisa também mostrou que, no contexto de Sete Quedas - MS, a mestiçagem vai além de





uma simples fusão cultural, representando uma identidade complexa, resistente e, muitas vezes, invisibilizada pelos processos de exclusão social. A análise revelou que a colonialidade, embora relacionada ao passado histórico de dominação, persiste nas práticas contemporâneas de discriminação e exclusão, afetando diretamente as populações de fronteira e reforçando desigualdades estruturais.

Os dados das entrevistas apontaram que fatores como nacionalidade e condição socioeconômica têm um papel determinante no acesso a direitos essenciais. A pesquisa concluiu que a questão da dupla nacionalidade é um fenômeno significativo nas regiões de fronteira, como em Sete Quedas - MS, onde a convivência entre brasileiros e paraguaios gera não apenas um fenômeno de hibridação cultural, mas também tensões identitárias e desafios sociais. A pesquisa revelou que, em muitos casos, a dupla nacionalidade é vivida como uma fonte de pertencimento, mas também pode ser um fator de marginalização, pois os indivíduos que detêm essa condição são muitas vezes excluídos das proteções e direitos de ambos os países. Assim, a dupla nacionalidade se tornou uma chave para entender as práticas de cidadania e as dinâmicas de pertencimento nessas regiões. Além disso, a pesquisa apontou que futuras investigações poderiam ampliar a amostra para incluir outras populações fronteiriças e explorar como outras dinâmicas de fronteira influenciam o acesso a direitos essenciais. A ampliação do estudo permitiria uma compreensão mais abrangente das estratégias de resistência e autoafirmação identitária nesses contextos.

Em conclusão, a pesquisa evidenciou que o acesso à documentação não deve ser visto apenas como um processo burocrático, mas como uma luta por cidadania e dignidade. A teoria de John Rawls (1997) sobre justiça social, que propõe uma sociedade justa como aquela que organiza suas instituições para beneficiar os menos favorecidos, é particularmente relevante em contextos de fronteira, onde as desigualdades são acentuadas. Assim, a pesquisa reforçou a importância de políticas públicas que garantam o acesso à documentação como forma de promover a inclusão social e o respeito às identidades culturais, especialmente nas regiões fronteiriças. A construção de uma cidadania inclusiva depende do reconhecimento da





diversidade cultural e histórica dessas populações, essencial para a promoção de um ambiente de justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

ALTRÃO, S. S.; SANTOS, J. S. dos. Professoras, precarização e pandemia na fronteira. *Psicologia & Sociedade*, v. 36, e273718, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36273718>.

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: the New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 2005.

BORNIA, K.; SILVA, S.; MORONG, F. F. Desdobramentos socioculturais da migração e miscigenação. *Colloquium Socialis*, v. 2, n. esp. 2, p. 242-248, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5747/cs.2018.v02.nesp2.s0285>.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1989.

COLOGNESE, S. A. Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. *Tempo da Ciência*, v. 19, n. 38, p. 145-158, 2000. DOI: <https://doi.org/10.48075/rtc.v19i38.9693>.

DAL PRA, K. R. *Os desafios do assistente social na garantia do acesso à saúde no Mercosul*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1950.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2019.

MAZZA, D. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 23, n. 44, p. 237-257, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004415>.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.





NASCIMENTO, V. A.; ANDRADE, S. M. O. de. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai.

Horizontes Antropológicos, v. 24, n. 50, p. 181-214, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100007>.

NORA, P.; KHOURY, T. Y. A. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 10, 2012.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso e a materialidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

POLLAK, M. *Memórias subalternas e memória coletiva*. São Paulo: Vozes, 1989.

QUIJANO, A. Modernidad y democracia: intereses y conflictos. *Anuario Mariateguiano*, Lima, v. 12, n. 12, 2000.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Cortez, 2003.

SEGATO, R. *Colonialidade e mestiçagem: ensaios sobre gênero e poder na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEN, A. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVIA, F. R.; FERNANDES, D. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 13, n. 18, p. 50-64, 2017.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1991.

Recebido em: 09/06/2026

Aprovado em: 01/07/2026

Publicado em: 29/07/2026

